

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROREITORIA DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O Perfil dos Egressos do Curso de Ciências Econômicas da UFAM e o
Mercado de Trabalho

BOLSISTA: Denise Alcântara Ferreira, FAPEAM

MANAUS
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROREITORIA DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATORIO PARCIAL
PIB-AS/0106/2011
O Perfil dos Egressos do Curso de
Ciências Econômicas da UFAM e
o Mercado de Trabalho

Bolsista: Denise Alcântara Ferreira, FAPEAM

Orientadora: Prof^a Msc Enimar Jerônimo Wendhausen

MANAUS
2012

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ciência da Informação e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pela acadêmica do curso de Ciências Econômicas da UFAM, Denise Alcântara Ferreira.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo verificar o perfil e a inserção dos egressos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas no mercado de trabalho no município de Manaus, diplomados no período de 1995 a 2003. Apresentaram-se como objetivos específicos: a) Levantar informações em relação ao perfil dos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFAM; b) verificar as atividades desenvolvidas pelos egressos de economia da UFAM no mercado de trabalho; c) registrar as opiniões dos egressos em relação à formação obtida e a exigida no mercado de trabalho. Consistiu em uma pesquisa descritiva e quanto aos procedimentos técnicos realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e levantamento. Os dados foram coletados a partir da aplicação de questionários encaminhados para o endereço eletrônico dos egressos selecionados. Contudo, dos 132 questionários enviados, apenas 15 foram respondidos, o equivalente à 11,36% da amostra. Pode-se afirmar que os resultados apresentados não são suficientes para concluir o estudo. Sendo, então, necessário dar prosseguimento à pesquisa, a fim de obter dados mais consistentes para uma devida análise.

Palavras-chave: Egressos; Ciências Econômicas; Mercado de Trabalho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	10
2.1 Mudanças Ocorridas no Mercado de Trabalho.....	10
2.2 A Formação do Economista.....	13
2.3 A Área de Atuação e o Mercado de Trabalho para o Economista.....	137
3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	22
3.1 Dados Pessoais.....	22
3.2 Formação Acadêmica.....	22
3.3 Ocupação Profissional.....	23
3.4 Avaliação do Curso.....	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	29
CRONOGRAMA.....	31

1 INTRODUÇÃO

As transformações verificadas no mundo do trabalho promoveram no que se referem às estruturas curriculares dos cursos de graduação em economia, algumas mudanças capazes de atualizar o ensino na área. A academia em conjunto com órgãos e instituições representantes dos economistas iniciou as discussões sobre o conteúdo e a forma necessária para a formação do bacharel em Ciências Econômicas (PARENTE et. al., 2008).

Esta preocupação pode ser justificada pelo fato de que por se tratar de um mercado em constante evolução a sua atualização deve ser constante, a fim de garantir a inserção destes profissionais no mercado de trabalho.

Com as transformações ocorridas nesse mercado, passou-se a verificar o desaparecimento de algumas profissões e o surgimento de outras, assim como a exigência de mudanças no perfil profissional de trabalhadores de diversas áreas. Com o economista não é diferente, pois com a economia em constante transformação, passa-se a exigir profissionais da área capazes de atuar neste mercado em constante mudança.

De acordo com Mendes (2001) há cerca de vinte anos travava-se no Brasil um intenso debate sobre o perfil e o desempenho do economista, assim como a formação que lhe deve ser proporcionada.

Ainda segundo Mendes (2001) a Ciência Econômica faz fronteira e disputa terreno com várias outras ciências aplicadas, tais como: a Contabilidade, a Administração e outras. Havendo disputas de espaço e confusões em relação às atribuições profissionais de cada um. Confusões estas que, podem ser resolvidas sendo o profissional de economia qualificado e preparado para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

O profissional de economia deve ter capacidade de atuar com desenvoltura tanto individualmente como em equipe e apresentar um espírito empreendedor para aproveitar as oportunidades de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e disputado.

A pesquisa desenvolvida tratou do perfil dos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFAM, no período de 1995 a 2003, e a participação destes no mercado de trabalho local. Conhecer o perfil do egresso de economia da UFAM, a sua formação e atuação no mercado de trabalho é de suma relevância para compreender melhor em que sentido o curso contribuiu com a formação deste profissional e observar o que tem sido realizado com o propósito de se ter um profissional melhor qualificado.

A questão a ser respondida é: Qual é o perfil dos egressos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas e como estes têm participado do mercado de trabalho local?

Realizar um panorama do perfil do economista e do mercado de trabalho para este profissional em Manaus é importante, pois pode indicar os equívocos e acertos em relação à preparação destes para exercerem as atividades inerentes à profissão.

O objetivo geral do estudo consiste em identificar o perfil e a inserção dos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFAM no mercado de trabalho no município de Manaus, diplomados no período de 1995 a 2003, para avaliar a adequação da formação do economista às exigências do mercado de trabalho e contribuir com as mudanças promovidas na estrutura curricular do curso. Apresentam-se como objetivos específicos: a) Levantar informações em relação ao perfil dos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFAM; b) verificar as atividades desenvolvidas pelos egressos de economia da UFAM no mercado de trabalho; c) registrar as opiniões dos egressos em relação à formação obtida e a exigida no mercado de trabalho.

Atualmente encontra-se em vigência uma nova estrutura curricular no curso de Ciências Econômicas da UFAM, sendo que a mesma é ministrada simultaneamente com a estrutura antiga. Contudo, apesar das mudanças realizadas na estrutura curricular do curso, a pesquisa é de grande relevância pois pretende apresentar um panorama da situação dos egressos do curso, no período de 1995 a 2003, em relação ao mercado de trabalho local, ainda formados de acordo com a estrutura curricular antiga e, em um futuro próximo, traçar um novo panorama. Desta vez, com os egressos formados na nova grade curricular. Criando-se a possibilidade de verificar a ocorrência ou não de mudanças na relação entre o perfil dos egressos e o mercado de trabalho.

Desta forma, a pesquisa pode vir a contribuir com o novo projeto pedagógico do curso, servindo como um parâmetro de avaliação das mudanças realizadas na estrutura curricular e ao mesmo tempo propor novas alterações. O corte no período de 1995 a 2003 deveu-se ao fato de no ano de 1991 ter ocorrido à reformulação e implantação de uma nova estrutura curricular e para avaliar o perfil dos egressos formados nesta grade, considerou-se como tempo de conclusão do curso o mínimo de quatro anos. Por sua vez, em 2003 iniciaram-se as discussões sobre as mudanças a serem realizadas no currículo de economia.

A pesquisa é descritiva, pois, teve como objetivo descrever as características de determinada população, nesse caso, as dos egressos do Curso de Economia da UFAM. Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como pesquisa bibliográfica - pelo fato de ter utilizado material que já passou por um tratamento analítico - pesquisa documental, também considerada como pesquisa primária e levantamento, pelo fato de ser o tipo de pesquisa apropriada para o caso em questão, em que se pretende responder questões que envolvam as relações entre características de pessoas ou grupos (GIL, 1999).

A coleta de dados ocorreu a partir da aplicação de questionários. Foi realizado o contato com os egressos de economia por e-mail no qual esclarecia sobre a pesquisa e solicitava que os mesmos informassem se estariam dispostos a participar da mesma e um horário e local onde poderiam ser encontrados para a aplicação dos questionários.

Como de 132 mensagens enviadas apenas 03 foram respondidas, encaminharam-se por e-mail os formulários, assim como o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Aguardou-se por mais um período na esperança de que os demais egressos se manifestassem. Porém, como o prazo para a elaboração do relatório final já se aproximava, tomou-se a decisão de enviar outro e-mail, desta vez, para os egressos que não haviam feito parte da amostra inicial. Destes, apenas 12 se dispuseram a responder os questionários. Alguns formulários foram aplicados *in loco* e outros recebidos por e-mails.

Realizou-se uma nova tentativa de contato com os egressos através de telefonemas. Foram realizadas ligações para telefones fixos e celulares. Contudo, não se obteve sucesso. Desta forma, apenas 11,36% dos questionários de uma amostra de 132 foram respondidos. Ou seja, o equivalente a 15 formulários, o que não é suficiente para refletir como resultado de um estudo como este.

A solução encontrada para a conclusão da pesquisa foi selecionar um período mais recente, referente aos anos de 2009 a 2011. Pois, além da redução do universo de pesquisa - que inclusive poderia ser totalmente coberto, caso todos respondessem - refere-se a um período mais recente e, neste caso, se espera contar com o auxílio de outros professores e alunos que conheçam os egressos do período indicado. Assim como, alguns destes podem ser localizados nas redes sociais.

A alteração em torno do período da população pesquisada não compromete o objetivo do estudo. Ao contrário, a equipe passou a ver nesta mudança uma resposta

mais positiva em relação à formação recente desses egressos e o mercado de trabalho atual, o que pode fornecer um resultado muito mais próximo da nossa realidade. A relação com os nomes destes egressos foi obtida na Pró-reitoria de Ensino e Graduação (PROEG) da UFAM e o contato já foi iniciado. Tendo o mesmo sido suspenso provisoriamente até a conclusão deste relatório.

Após a finalização do relatório, os contatos serão restabelecidos e os questionários voltarão a ser aplicados. Desta vez, para uma nova amostra conforme citado anteriormente.

Além desta introdução, o relatório em questão encontra-se dividido em três seções como se segue: Na segunda seção discutem-se as mudanças ocorridas no mercado de trabalho e são apresentadas reflexões sobre a formação do economista e a sua carreira profissional. Na seção de número três realiza-se uma descrição das informações fornecidas pelos egressos. Por último, as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção serão destacadas as mudanças ocorridas no mercado de trabalho. Em seguida, algumas reflexões sobre a formação do economista, a carreira do profissional de economia e da atuação deste profissional no mercado de trabalho serão realizadas. A discussão pautou-se nos trabalhos de autores como: Castioni (1998), Pochmann (2002;2010), Mendes (2001), Costa (2011), Machado (2011), Lins e Bendelack (2011), Rodrigues Filho (2011), Rocha (2011), Vieira Filho (2011) e outros.

2.1 Mudanças Ocorridas no Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho é definido como sendo o *locus* onde os trabalhadores, responsáveis pela oferta de trabalho, e os empresários, que empregam essa mão-de-obra, se confrontam e realizam negociações coletivas, determinando salários, nível de emprego, condições de trabalho e demais aspectos relativos às relações entre capital e trabalho (PINHO; VASCONCELLOS, 2003).

Várias são as posições existentes em relação aos motivos que levam um indivíduo a experimentar a condição de desempregado no mercado de trabalho. Alguns atestam que é pela baixa ou falta de qualificação, enquanto outros afirmam que o forte controle trabalhista e proteção social sobre o mercado de trabalho são responsáveis por esta situação.

Pochmann (2002) observou a ausência de um consenso entre alguns órgãos importantes como o Banco Mundial, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em relação aos aspectos causadores do desemprego.

Para o Banco Mundial o desemprego seria resultado da ausência de plena liberdade comercial e da ampla difusão tecnológica; enquanto que segundo a OCDE o desemprego seria provocado por fatores conjunturais e pela existência de uma forte regulamentação trabalhista e proteção social inadequada sobre o mercado de trabalho. Por sua vez, para a OIT a escassez de vagas estaria associada às taxas insatisfatórias de crescimento da economia.

Para Pochmann (2002) o desemprego é um fenômeno mundial, mas, apresenta especificidades nacionais e distintas formas de enfrentamento. Nos países capitalistas avançados, o problema do desemprego seria recente, verificando-se a partir da metade dos anos 70. Ocorrendo nos países de economias socialistas em fase de transição para a economia de mercado, sendo considerado também um fenômeno recente. Enquanto que nos países da periferia, o desemprego seria um problema constante.

Ainda na concepção de Pochmann (2002) fatores de natureza externa e interna influenciariam o mercado de trabalho e seriam responsáveis pelo desemprego. Como fator de natureza externa destaca a difusão de novas tecnologias como elemento responsável pela redução dos postos de trabalho e adverte que a expansão do comércio externo teria contribuído com a redução dos empregos de menor qualificação nos países avançados, promovendo um deslocamento geográfico de empresas e ofertando bens produzidos com salários irrisórios nas economias capitalistas.

Quanto aos fatores de natureza interna destacam-se a excessiva quantidade de trabalhadores com baixa qualificação profissional, a elevada rigidez nos contratos de trabalho e ampla proteção ao trabalhador e o custo trabalho provocado por acordos sindicais (POCHMAN, 2002).

A qualificação é um aspecto presente na maioria das discussões sobre o mercado de trabalho e um problema constante apontado por alguns empresários. Mas, o que significa ser qualificado? Neves e Leite (1998) *apud* Wendhausen (2009) “[...] indagam sobre a existência de um núcleo comum de entendimento sobre a noção de qualificação. Afirmam que ‘[...] a qualificação do trabalhador compõe um conjunto de saberes escolares, técnicos e sociais, que o tornam capacitado profissionalmente’. (NEVES; LEITE, 1998, *apud* WENDHAUSEN, 2009, p. 504).

Para Braverman ‘o conceito de “qualificação”, “instrução” e “educação” são em si mesmos bastante vagos [...]’. Este afirma que, ‘com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, o próprio conceito de qualificação torna-se degradado juntamente com a deterioração do trabalho [...]’(BRAVERMAN, 1987, *apud* WENDHAUSEN, p. 504).

Ao analisar o mercado de trabalho brasileiro, Pochmann (2002) destaca que entre as décadas de 40 e 70 era elevado o nível de estruturação desse mercado em torno do emprego assalariado regular e dos segmentos organizados. Com redução das ocupações não-organizadas e do grau de subutilização da força de trabalho brasileira.

A implementação e consolidação do projeto de industrialização nacional em conjunto com a institucionalização das relações e condições de trabalho seriam responsáveis pela estruturação desse mercado de trabalho. Contudo, apesar de um mercado de trabalho estruturado, os problemas verificados nos países subdesenvolvidos tais como: a informalidade, o subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos continuaram presentes.

Na década de 70 teve início um novo estágio de transformação tecnológica, denominado como a 3ª Revolução Tecnológica. Este novo estágio rompeu com a lógica prevalecente até então quanto à utilização da força de trabalho, pois, com a automação flexível e a difusão da microeletrônica, o trabalhador não só alimenta a máquina, mas também comanda o que ela deve fazer. O que passou a exigir neste novo modelo, na concepção de Castioni (1998), não apenas trabalhadores que “façam”, mas preferencialmente “que pensem”.

Autores como Azevedo e Souza (1993) citados por Wendhausen (2009) ressaltam que a automação e as novas técnicas de gestão ao mesmo tempo em que vão abolindo a necessidade de determinadas habilidades e qualificações, paulatinamente vão criando outro padrão de estruturação de produção bastante complexa. Essa nova configuração do trabalho passou a gerar um debate sobre as novas exigências em relação à educação e à formação dos trabalhadores (HIRATA,1999 apud WENDHAUSEN, 2009).

A partir da década de 80 o Brasil passou a apresentar graves problemas econômicos, essa década ficou conhecida como a década perdida. O país passou por um período de recessão que foi de 1981 até 1984. A inflação durante 1981 a 1993 chegou a apresentar quatro dígitos. Desta forma, o país se viu obrigado a colocar em prática uma série de políticas de ajuste macroeconômico o que gerou impactos negativos sobre o mercado de trabalho.

Dedecca e Brandão (1993) destacam que no período de 1990 a redução do nível de atividade econômica em conjunto com a abertura da economia brasileira e a ausência de políticas mais claras sobre que caminho seguir para promover uma expansão futura da economia do país levou as empresas a promover ajustes o que resultou em queima definitiva de parte da capacidade de produção das mesmas e eliminação de postos de trabalho.

Na concepção de Pochmann (2010) o abandono das teses neoliberais no século XXI deu um novo fôlego à economia brasileira, com a promoção de políticas econômicas e sociais responsáveis pela expansão da produção em ritmo quase duas vezes maior do que o verificado nos anos 1990.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de desemprego no Brasil no período de 2002 foi de 9,9%, oscilando em torno deste percentual nos anos seguintes. Com a crise econômica internacional que se manifestou nos Estados Unidos a partir de 2007 e contaminou toda a economia mundial, a taxa de desemprego observada no país ficou em 7,8% em 2008 e 9,1% no ano de 2009.

De acordo com Cacciamali e Tatei (2010) a economia brasileira entrou tecnicamente em recessão no primeiro trimestre de 2009 como reação à crise econômica internacional iniciada em 2008. Presenciando-se reduções no valor do PIB, na taxa de ocupação e aumento na taxa de desemprego aberto.

Desta forma, diante de uma economia em constante transformação em que determinadas atividades profissionais não são mais necessárias, enquanto novas atividades e profissões são criadas e recriadas, é importante conhecer a posição do economista neste cenário.

2.2 A Formação do Economista

O economista é considerado um profissional volátil que domina diversas ferramentas ao mesmo tempo. No entanto, precisa aprender a tirar vantagem desta situação. Este profissional é comparado por alguns a um ornitorrinco, que segundo relatório publicado pela Revista *Nature* se trata de um animal único, que é ao mesmo tempo um réptil, um pássaro e um mamífero (COSTA, 2011).

Aqui [...] se embute a [...] comparação com os atributos desse estapafúrdio ser da natureza que é o ornitorrinco [...] [que tem bico (e dentes, na tenra infância) e bota ovo mas amamenta os filhotes, e vive mais na água do que em terra firme], também está equipado com nadadeiras dianteiras e patas traseiras – estas últimas dotadas de venenosos ferrões prontos para o que der e vier. Ainda assim, quem diria, é tido e havido como animal manso e pacífico (MENDES, 2001, p. 18).

Ao ser comparado a este animal pouco conhecido por muitos, o que os autores que o fazem tentar mostrar é que o economista incorpora muito de outras profissões, é ao mesmo tempo: matemático, filósofo, psicólogo, antropólogo, geógrafo, politicólogo, historiador entre outros.

Em 1905 foi criado oficialmente o curso superior de Comércio no Rio de Janeiro onde a Ciência Econômica era ensinada. Na década de 1910 surgiram cursos em São Paulo e Paraná, sendo criados em 1932 em outros estados como: no Amazonas, Maranhão e Pernambuco (GOMES, 2011).

A profissão de economista foi regulamentada no dia 13 de agosto de 1951, quando o então Presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei nº 1.411, cuja ementa anuncia “*Dispõe sobre a profissão de economista*”, apenas os profissionais que estiverem registrados nos CORECONS pelos quais será expedida a carteira profissional. Adiciona-se a esta lei o Decreto nº 31.794 de 17 de novembro de 1952 que realiza a delimitação da profissão do economista, seu campo de atuação, modalidades das atividades e exigências formais reguladoras da profissão. Passaram-se cinco anos após a Lei nº 1.411/51 e a nº 31.794/52 para que fosse baixada uma primeira Resolução definidora das atividades dos associados, distribuídas em quatro grandes grupos conforme se segue: 1) Planejamento econômico, financeiro e administrativo; 2) organização econômico-administrativa; 3) estudos, análises e pareceres; 4) perícias, avaliações e arbitramentos.

A profissão de economista no Brasil é regulamentada pelas Leis: nº 6.021 de 03 de janeiro de 1974, nº 6.537 de 19 de junho de 1978 e nº 6.206 de 07 de maio de 1975. A regulamentação da profissão de economista ocorreu em um momento em que a sociedade brasileira estava passando por uma série de transformações de âmbito: econômico, social e estrutural. Neste período, o Brasil realizou as primeiras tentativas de planejamento da economia.

Contudo, após o fracasso de inúmeros planos de estabilização, o planejamento do desenvolvimento em escala nacional ou mesmo regional passou a ser substituído pelo planejamento estratégico local. Sendo o profissional do planejamento, no caso, o economista, substituído pelo consultor estratégico que apresenta as ferramentas “mágicas” capazes de solucionar estes problemas (COSTA, 2011).

A profissão de economista pode ser exercida na órbita pública, privada ou mista. Entre as atividades inerentes à profissão, pode-se listar:

- a) assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira;
- b) estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira;
- c) análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira;
- d) estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos;
- e) estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo;
- f) produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços;
- g) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas;
- h) assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia.
- i) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos de natureza econômico-financeira;
- j) Avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas e avaliação econômica de bens intangíveis;
- k) perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica, mediação e arbitragem, em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação;
- l) análise financeira de investimentos;
- m) estudo e análise para elaboração de orçamentos públicos e privados e avaliação de seus resultados;
- n) estudos de mercado, de viabilidade e de impacto econômico-social relacionados ao meio ambiente, à ecologia, ao desenvolvimento sustentável e aos recursos naturais;
- o) auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira (CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, 2011, p. 1).

Desta forma, o economista deve ter uma sólida formação teórica, histórica e quantitativa. Deve ser capaz de perceber todas as mudanças ocorridas no âmbito da economia mundial e local, e saber utilizar os instrumentos fornecidos pela Ciência Econômica para exercer as suas atribuições da melhor maneira possível.

Com as mudanças ocorridas na economia nos últimos anos, passou-se a verificar a necessidade de profissionais na área capazes de atender às novas demandas. Desta forma, o papel da universidade é fundamental para a formação de um Economista capaz de identificar, explicar e apresentar as soluções para os problemas existentes nas instituições e na sociedade. No entanto, Costa (2011) critica os cursos que adotam os manuais importados e deixam de lado autores essenciais para o entendimento da nossa realidade econômica e social, como por exemplo, Celso Furtado.

Mendes (2001) afirma que há cerca de vinte anos travava-se no Brasil um intenso debate sobre o perfil e o desempenho do economista, assim como a formação que lhe deve ser proporcionada. Para este, a querela em curso gira em torno da norma

vigente reguladora do currículo do Curso de Graduação em Ciências Econômicas desde a sua implantação em 1984.

Para o autor supracitado, a questão que se coloca na fixação de uma política ou diretriz geral para o aprendizado de Economia, é a de discernir e oferecer aos aprendizes um método adequado expresso em: 1) um currículo que ofereça uma sólida e comum base filosófica, científica e técnica. Neste caso, o bacharel em Economia pode se preferir, voltar-se para quaisquer programas de aperfeiçoamento, especialização ou profissionalização disponíveis; e 2) um outro em que os ecônomos nada mais seriam do que operadores ou executivos.

Em seu livro, intitulado “O Economista e o Ornitorrinco”, Mendes (2001) divide o terreno da economia em quatro grandes “Departamentos” que são rotulados por ele como **E-1**, **E-2**, **E-3** e **E-4** relacionados respectivamente com o “pensar, o professar, o promover e o produzir”. Desta forma, os economistas propriamente ditos estariam no departamento E-1. Enquanto os departamentos E-2 e E-3 seriam povoados por profissionais de natureza híbrida ou complexa. Cabendo aos economistas pertencentes ao departamento E-4 a responsabilidade pela produção da riqueza material dos agentes econômicos.

Diante do exposto, não haveria uma categoria única de economista, mas os que se preocupam com os fins da vida econômica - seriam os cientistas e filósofos econômicos - e àqueles com preocupações de natureza puramente técnica, mecânica e imediatistas, seriam denominados como os técnicos em Economia. Mendes (2001) afirma que são as demandas concretas, incluindo as de pura conjuntura do mercado profissional, que ditam os variados formatos de ecônomos e de sua formação.

A questão prática a enfrentar é: 1) escolher entre uma formação básica generalista, de amplo espectro; ou 2) outra assumidamente especialista, com alvos estritos e estreitos.

Para se ter uma formação generalista, os discentes precisam ser conduzidos a questões de contexto social e ao domínio dos instrumentos de análise e avaliação. “Os rumos que cada um deles vai depois tomar na vida dependem de muitos outros fatores, que escapam ao campo próprio da pedagogia econômica elementar” (MENDES, 2001, p. 13).

Os economistas que buscam esta formação mais específica seriam na realidade, engenheiros, técnicos, operadores de atividades econômicas localizadas e pontuais. E

suas ações tenderiam a se confundir, concorrer ou conflitar com as de profissionais afins, nas áreas da Administração, da Contabilidade, do Direito, da Engenharia entre outras. Mas, afinal, o que tem gerado esses conflitos e confrontos principalmente entre profissionais como economistas, administradores e contadores?

2.3 A Área de Atuação e o Mercado de Trabalho para o Economista

No texto desenvolvido por Machado (2011) é traçado um paralelo entre o futebol e o universo da economia. Destaca que antes de tudo, o economista deve conhecer “O terreno do jogo”, saber em que negócio ele está. Ou seja, cabe ao economista formado ou em vias de ingressar no mercado de trabalho, entender o funcionamento da economia para poder planejar a sua carreira.

Cabe ao jogador de futebol conhecer as condições do campo de jogo, para desta forma poder apresentar um bom desempenho. Quanto ao economista, o mesmo deve realizar uma avaliação da conjuntura econômica do país, observar se a economia está crescendo, quais os setores que estão em expansão, se a intervenção do estado na economia está aumentando ou diminuindo, se existe mobilização dos fatores de produção e se os diferentes mercados operam em regime de concorrência. Estas são algumas das informações que podem auxiliar o economista a planejar melhor a sua carreira.

Além do mais, assim como o técnico de futebol que avalia os pontos fortes e fracos da sua equipe e da equipe adversária, criando as estratégias de jogo a partir da avaliação realizada, o profissional de economia deve observar e identificar as melhores oportunidades, para tanto deve considerar aspectos como: o segmento em que está apto a atuar, como explorar os seus pontos fortes e a possibilidade de estabelecer um novo nicho – que poderia ser dentro da própria empresa em que atua, ao identificar oportunidades para seu crescimento.

Quanto às oportunidades para o economista, Rodrigues Filho (2011) destaca a área da microeconomia do trabalho. O mesmo afirma que “[...] raras são as organizações que têm a correta percepção de que o trabalho tem forte influência no alcance dos objetivos empresariais, tanto na esfera pública quanto no meio privado” (2011, p. 120). Sendo poucos os gestores capazes de responder a questões relativas à

participação da mão-de-obra frente ao custo da produção, entre outras, em que graças à formação holística e capacidade analítica do economista, este é capaz de responder.

Desta forma, o economista pode atuar em “[...] áreas de planejamento estratégico organizacional, planejamento da força de trabalho, orçamento e acompanhamento de mão-de-obra, auditoria do trabalho, sempre avaliando as ações necessárias a melhorar a produtividade da mão-de-obra” (RODRIGUES FILHO, 2011, p.119). Cabe, então, ao economista, ficar atento a estas oportunidades e buscar explorá-las da melhor maneira possível.

Para Gomes (2011) o reconhecimento do papel social do economista pode conduzir a oportunidades de atuação deste profissional em cooperativas, associações, movimentos sociais, instituições sindicais entre outras organizações. Em que poderá desenvolver propostas e projetos socioeconômico-ambientais e análise de conjuntura e realizar contribuições diversas para organizações como esta.

Enfim, para vencer o jogo, o profissional de economia necessita da melhor formação possível, capacidade de atuar com desenvoltura tanto individualmente como em equipe e ter um espírito empreendedor, não apenas no próprio negócio, mas, também, dentro da empresa em que atua.

Entre os anos de 1999 e 2009 o mercado de trabalho para o economista apresentou uma expansão. O crescimento deste mercado para o profissional de economia ocorreu devido ao bom desempenho econômico vivenciado pelo Brasil que mesmo com a crise de 2008, pelo menos até este período, não apresentou mudanças significativas no cenário econômico. Apesar da redução verificada no nível de emprego, a economia conseguiu atravessar o início da crise sem grandes perdas - se comparada a países como os Estados Unidos, França, Espanha, Grécia e Portugal - o que ocorreu devido à políticas macroeconômicas de estímulo ao consumo realizadas pelo governo (VIEIRA FILHO, 2011).

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) citados por Vieira Filho (2011), de 2002 a 2009, o número de postos de trabalho na área de economia foi ascendente. Em 2002 foram registrados 11,5 mil empregos, enquanto que em 2009 foram 26 mil postos de trabalho.

A maioria desses empregos se encontra na região sudeste e apesar de todos os estados terem apresentado um aumento, o estado de Alagoas foi o único a apresentar redução na oferta de trabalho para o economista. Os estados do Rio de Janeiro, São

Paulo, Minas Gerais e Paraná foram os que alcançaram posição de destaque, no ano de 2009, em relação à oferta de trabalho na área econômica.

Nos anos 2000 os estados da região Norte apresentaram de 0 a 99 postos de trabalho para profissionais de economia. A exceção foi o estado do Pará que apresentou de 100 a 299 postos de trabalho. Contudo, em 2009, verificou-se nos estados do Amazonas e Pará uma oferta entre 300 e 999 postos de trabalho para economistas (RAIS, 2009, apud VIEIRA FILHO, 2011).

Segundo Vieira Filho (2011) a administração pública engloba os principais segmentos de atuação no campo da economia. O que explicaria a posição de destaque do setor da administração pública em relação aos demais no que se refere aos postos de trabalho na área de economia. Gomes (2011), no entanto, ressalta que o setor público pouco emprega economistas. Pois, os concursos públicos realizados são para técnicos científicos, auditores e outros que admitem inscrições de profissionais diversos e não apenas de bacharéis em ciências econômicas. Com relação a este aspecto, ainda durante a graduação deve ficar claro para o futuro profissional de economia que o mesmo pode disputar a mesma ocupação com profissionais de áreas diversas.

A ocupação refere-se ao tipo de trabalho que o indivíduo desenvolve, podendo estar ou não relacionada a sua profissão. A profissão diz respeito a formação do indivíduo, seja ela obtida em um curso superior ou técnico.

Apesar de parecer contraditória, as afirmações dos autores podem servir como um alerta para o futuro economista de que a disputa por vagas no mercado de trabalho, mesmo que estas sejam na área de economia, poderá ocorrer entre os bacharéis em administração, contabilidade, direito e outros mais. O atual mercado de trabalho tem se configurado desta maneira, faz parte do jogo, quem estiver mais bem preparado ou qualificado terá o seu lugar garantido.

Mendes (2001, p. 62) em “O Economista e o Ornitorrinco” levanta a seguinte questão: “Como exercer privativamente profissão supostamente (e do ponto de vista legal) unidisciplinar numa realidade transdisciplinar?”. O mesmo afirma que a Economia,

[...] faz fronteira e disputa terreno com várias outras ciências aplicadas. A sua borda externa mais extensa talvez seja, como insinuado, com a Contabilidade e a Administração.[...] suas estremaduras alcançam também áreas da Engenharia [...] e amplamente, como é natural, as das Ciências Sociais no seu

todo, em particular a Ciência Política, a Sociologia, e muitas vezes a Antropologia [...] (MENDES, 2001, p. 62).

Contudo, Mendes (2001) ressalta que, em decorrência dos acontecimentos dos últimos tempos, é nos casos mais concretos das Ciências Contábeis e da Administração que se deve deter. E observa que da mesma forma que tem acontecido com o Conselho Federal de Economia (COFECON), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) tem ampliado a compreensão das atribuições do profissional de contabilidade, em sucessivas e minuciosas Resoluções. A última delas, posterior à última do COFECON, “confere ao contabilista a exclusiva faculdade de exercer ‘qualquer tipo de função’ que tenha a ver com os cargos e condições constantes do elenco juntado”(MENDES, 2001, p. 62).

No caso da Administração, Mendes (2001) também destaca que é inevitável que a Economia e a Administração venham a se tocar, a se chocar e por vezes entrar em disputa. E questiona: “**Deve o Sistema COFECON/CORECONs continuar apostando preferentemente na competência legal,** ou voltar-se prioritariamente para a competência *profissional* dos economistas?”(MENDES, grifo do autor, 2001, p. 66). O autor chama a atenção para o fato de que a discussão quase nunca se desloca para a formação dos profissionais em disputa, a partir da apreciação da estrutura dos currículos de graduação. Ou seja, “o foco não é habitualmente dirigido para o estudo comparativo dos respectivos currículos mínimos, se não os plenos, em vigor”(MENDES, 2001, p. 66).

Os números apresentados por Vieira Filho (2011) sobre o quociente locacional dos postos de trabalho na área de economia por estados e setores da economia em 2000 e 2009, refletem que na maioria dos estados brasileiros e em todos da região Norte, comparando os anos de 2000 e 2009 o quociente locacional dos postos de trabalho na área de economia predominou no setor de atividade de administração pública. “O quociente locacional compara a participação percentual de uma região em uma atividade específica com a participação percentual da mesma região no total dos postos de trabalho da economia nacional”(VIEIRA FILHO, 2011, p. 142).

Sendo o valor do quociente superior a 1, há indício de que a região é relativamente mais importante, no contexto nacional, em termos da atividade, do que em termos gerais de todas as atividades. No estado do Amazonas no ano de 2000 o quociente locacional do posto de trabalho na área de economia no setor de serviços foi igual 1,4, enquanto que em 2009 foi o setor de administração pública que apresentou o

maior quociente locacional do posto de trabalho na área de economia, sendo o mesmo igual a 1,8.

Quanto ao tamanho das empresas responsáveis por ofertar um maior número de vagas para economistas. Constatou-se que as com mais de quinhentos funcionários em 2000 eram as que mais geravam empregos para os mesmos, verificando-se uma redução no ano de 2009. Havendo, no entanto, uma elevação da oferta de empregos para este profissional em estabelecimentos menores. Conforme números apresentados em 2009 quando ocorreu um aumento de empregos na área de economia nos estabelecimentos de até 100 empregados ((RAIS, 2009, apud VIEIRA FILHO, 2011).

Em relação à faixa etária, menores de 30 anos de idade apresentaram um aumento na participação dos postos de trabalho no período de 1999 a 2009, enquanto os que se encontram na faixa entre 30 e 50 anos tiveram a sua participação reduzida.

Os dados da RAIS (2009) *apud* Vieira Filho (2011) apresentaram um crescimento percentual dos níveis salariais para o profissional de economia acima de 1500 reais até 4500 reais e uma redução percentual significativa dos empregos para economistas com salários acima de 6000 reais.

Os homens que atuam na área de economia recebem uma remuneração superior às mulheres economistas. Em 2000 os homens recebiam 19% a mais que as mulheres e no ano de 2009 a diferença aumentou para 23%. As piores remunerações estão nas regiões Norte e Nordeste enquanto o Distrito Federal tem a melhor remuneração (VIEIRA FILHO, 2011).

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão discutidos os resultados dos questionários aplicados aos egressos do curso de Ciências Econômicas da UFAM. A seção encontra-se dividida em quatro subseções, com as seguintes informações: dados pessoais, formação acadêmica, ocupação profissional e por último a avaliação do Curso de Ciências Econômicas realizada pelos egressos.

3.1 Dados Pessoais

Apenas quinze questionários foram respondidos, o equivalente a 11,36% da amostra. Destes, quatro foram respondidos por pessoas do sexo feminino (27%) e onze por pessoas do sexo masculino (73%). Com relação à faixa etária, dos que responderam ao questionário, cinco se encontram na faixa dos 30 a 39 anos, sete entre 40 a 49 anos e apenas três com idade entre 50 a 59 anos. Entre as pessoas do sexo feminino predominou a idade entre os 30 e 39 anos.

Entre os indivíduos pesquisados, nove afirmam ser de cor branca e os demais se denominaram como pardos. Em relação ao estado civil quatro informaram ser solteiros, nove são casados ou vivem com companheiro (a) e dois atestaram ser divorciados.

3.2 Formação Acadêmica

Ao serem questionados sobre os motivos pelos quais haviam decidido cursar Ciências Econômicas, o principal fator destacado foi a afinidade com a área, sendo esta a resposta de onze dos entrevistados. Apenas um deles declarou como motivo principal a possibilidade de ter um diploma de nível superior, enquanto os demais destacaram os seguintes motivos: dar continuidade a um negócio próprio ou da família e aproveitar as oportunidades do mercado de trabalho.

Quanto ao tempo de conclusão do curso, oito dos egressos afirmaram ter concluído em 08 semestres, dois em menos de 08 e cinco acima de 08 semestres. Afirmaram trabalhar durante a graduação, doze dos respondentes.

3.3 Ocupação Profissional

Em relação à situação atual dos entrevistados todos afirmaram exercer alguma atividade e dez declararam ser na área de economia. Os que disseram não trabalhar na área em que se graduaram apresentaram como justificativa para tal, o fato de ter surgido melhores oportunidades em outras áreas. Um dos entrevistados afirmou não exercer atividade na área de economia por motivos particulares, não esclarecendo sobre o que seriam esses motivos. Quando indagados sobre o tempo que levaram para conseguir um emprego após se formarem, nove declararam ter sido em menos de 01 ano, dois responderam que entre 01 e 02 anos e os demais em mais de 04 anos.

Ao serem questionados sobre a ocupação atual, oito declararam estar na área da administração pública, quatro informaram ser empregados com registro em carteira e três afirmaram ser autônomos. Apesar da informação prestada pelos egressos coincidir com a pesquisa realizada por Vieira Filho (2011), segundo a qual, nos anos 2000 e 2009, no estado do Amazonas prevaleceram os postos de trabalho na área de economia na administração pública. Pelo fato de apenas 11,36% da amostra ter respondido aos questionários, não se pode afirmar que atualmente isto ocorra.

Quanto aos setores em que estes atuam, foram indicados: indústria, transporte, intermediação financeira e seguros, consultoria empresarial, pesquisa e desenvolvimento, educação e saúde e administração pública. Atualmente estes profissionais exercem atividades em várias áreas, conforme apresentadas a seguir: professores de ensino superior, gerente bancário, técnico em análise econômica, diretora financeira, funcionário público, gerente financeiro, *Controller* de riscos de crédito de mercado e de liquidez em instituições financeiras, policial e assessor de planejamento.

No que concerne à forma como obtiveram um emprego, alguns apresentaram mais de uma resposta, nove declararam ter sido por concurso público, quatro por seleção realizada por organização privada e um por indicação, outros dois disseram ter sido de outra forma, mas não informaram qual.

Em relação ao aspecto salarial, sete afirmaram se situar na faixa de 10 a 20 salários mínimos, três atestaram ganhar acima de 20 salários mínimos, outros três declararam receber entre 5 e 10 salários mínimos e dois indicaram receber uma remuneração de até 5 salários mínimos.

As visões apresentadas pelos participantes da pesquisa em relação às perspectivas profissionais na sua área de trabalho foram as seguintes: alguns informaram que as oportunidades na área são boas, é um mercado de trabalho que está em expansão e flexível. Outros acham que o profissional de economia deve estar atento às inovações e sempre se aperfeiçoando para aproveitar as novas oportunidades no mercado de trabalho, declararam que a qualificação é fundamental para o economista e para que este profissional possa aproveitar as novas oportunidades do mercado.

3.4 Avaliação do Curso

Ao serem questionados se estavam preparados para ingressar no mercado de trabalho ao terem se formado, sete declararam que não se sentiam preparados, outros sete afirmaram que estavam preparados para o mercado de trabalho. Um não respondeu a pergunta. Quanto à contribuição do curso para o desempenho profissional destes, a maioria dos interrogados - dez ao todo - informou que o grau de contribuição foi médio, apenas três declararam ter sido elevado.

O quadro a seguir destaca as aptidões declaradas pelos egressos, segundo as quais o Curso de Economia contribuiu. A maioria dos entrevistados informou mais de uma aptidão conforme pode ser observado.

Aptidões profissionais	Número de respostas
Conhecimento teórico	12
Conhecimento técnico	6
Capacidade de inovar	3
Senso crítico	10
Capacidade de autonomia	4
Capacidade de iniciativa	6
Comportamento ético	2
Consciência social	5
Outros	3

Quadro 1 - Aptidões com as quais o Curso de Economia contribuiu, segundo declaração dos egressos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

De acordo com o quadro anterior, constata-se que o conhecimento teórico foi a aptidão mais destacada pelos respondentes, doze a apontaram. Em seguida, o senso crítico, com dez indicações, acompanhadas do conhecimento técnico e capacidade de iniciativa, seis respectivamente. Além da consciência social, capacidade autônoma, capacidade de inovar e comportamento ético. Quanto ao comportamento ético, apenas dois dos entrevistados destacaram esta aptidão. Outros três declararam que o curso contribuiu com outras aptidões, mas não informaram quais.

Na opinião dos egressos, o curso de Economia apresentou falhas nos seguintes aspectos para o desempenho profissional dos mesmos: integração com o mercado, doze indicaram este problema, a infraestrutura foi destacada por seis entrevistados e quatro destacaram falhas no ensino. Outros dois indicaram outras falhas, mas não informaram o tipo de falha. Conforme se pode observar, a maioria dos egressos destacou principalmente a falta de integração do curso com o mercado.

Quando questionados sobre a avaliação e adequação do currículo da graduação em economia em relação ao exercício da profissão, a maioria se queixou da integração do curso com o mercado de trabalho. Sendo este aspecto indicado pelos mesmos como uma falha do curso, conforme assinalado anteriormente. Estes destacaram a falta de disciplinas voltadas para as transformações econômicas pelas quais o país estava passando em 1990. Afirmaram que o curso era desatualizado, considerando o período em que estes o cursaram.

Em relação aos conceitos atribuídos aos professores do curso, oito atribuíram o conceito bom e sete escolheram a opção regular para conceituar os docentes. No caso da infraestrutura, sete consideraram regular, seis responderam que a infraestrutura era boa e dois declararam que era ruim.

No que diz respeito à integração do curso com o mercado de trabalho cinco atribuíram nota regular, dois atestaram apresentar uma boa integração e oito disseram que era ruim. As respostas anteriores mais uma vez destacam o aspecto falho do curso com relação a sua integração com o mercado de trabalho. Ao serem indagados se recomendariam o curso de Ciências Econômicas da UFAM, quatorze afirmaram que sim, enquanto um não respondeu.

Indagados sobre os temas ou conteúdos que incluiriam na estrutura curricular para adequá-la ao exercício profissional, estes declararam que incluiriam disciplinas que estivessem ligadas a área financeira da economia como mercado financeiro e outras

disciplinas relacionadas ao estudo da Amazônia, disciplinas ligadas ao meio ambiente e empreendedorismo, que no currículo de 1990 ainda não existiam. Atualmente, o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas da UFAM que entrou em vigor no ano de 2009 já contempla algumas das disciplinas sugeridas por esses egressos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A amostra correspondeu a 132 egressos do curso. Contudo, apenas quinze destes, o equivalente a 11,36% da amostra, respondeu os questionários que foram enviados por e-mail. A partir das respostas apresentadas, verificou-se que onze dos entrevistados apontou como principal aspecto para realizar o curso de Ciências Econômicas, a afinidade com a área e apenas oito afirmaram ter concluído o curso em 08 semestres.

Quanto à ocupação, dez declararam exercer atividade na área de economia e oito atestaram estar na área da administração pública. Quando indagados sobre o tempo necessário para conseguir um emprego após a colação de grau, nove informaram ter sido em menos de 01 ano.

Atualmente estes profissionais exercem atividades em várias áreas, conforme apresentadas a seguir: professores de ensino superior, gerente bancário, técnico em análise econômica, diretora financeira, funcionário público, gerente financeiro, *Controller* de riscos de crédito de mercado e de liquidez em instituições financeiras, policial e assessor de planejamento.

Concurso público e seleção realizada por empresas foram a forma indicada por grande parte dos egressos para obter os seus empregos. Por sua vez, sete afirmaram receber de 10 a 20 salários mínimos, enquanto apenas três informaram receber mais de 20 salários mínimos.

O reconhecimento de que o profissional de economia deve estar atento às inovações, buscar se qualificar e sempre se aperfeiçoar para aproveitar as novas oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho foram aspectos apontados pelos egressos, que ao serem questionados se estavam preparados para ingressar no mercado de trabalho ao terem concluído o curso se declararam despreparados.

Quanto à contribuição do curso para o desempenho profissional dos entrevistados, apenas três disseram ter sido elevada. A maioria dos egressos, doze ao todo, indicou o conhecimento teórico como uma das aptidões com as quais o Curso de Economia contribuiu, assim como o senso crítico e outros mais.

Os egressos consideravam o curso desatualizado e afirmaram que com o propósito de adequar a estrutura curricular ao exercício profissional, deveriam ser

incluídas disciplinas que estivessem ligadas a área financeira da economia como mercado financeiro e outras disciplinas relacionadas ao estudo da Amazônia, disciplinas ligadas ao meio ambiente e empreendedorismo.

Os professores do curso foram avaliados com um bom conceito, pelo menos por oito dos egressos. Estes atestaram que recomendariam o curso de Ciências Econômicas da UFAM, apenas um dos entrevistados não se posicionou em relação a este aspecto.

Os resultados apresentados neste relatório não são suficientes para levar a uma conclusão. Pois, conforme já assinalado, o percentual de questionários respondidos ficou muito aquém da amostra selecionada. Desta forma, faz-se necessário prosseguir com o estudo a fim de obter resultados mais próximos da realidade estudada.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. S. G. de; SOUZA, F. F. de. As novas tecnologias e o mundo do trabalho. In: GOVERNO DA BAHIA/SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. **Força de trabalho e emprego**: mudanças tecnológicas e o mundo do trabalho. Salvador: Ministério do Trabalho: Sistema Nacional de Emprego – SINE-BA, vol. 10, n.2/3, mai./ago.-set./dez, 1993, p.4-10.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Crise econômica mundial: mudanças nas características do desemprego no mercado de trabalho brasileiro? In: MORETTO, Amilton et. al. (Orgs.). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Cento de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010. cap. 3, p. 53-77.

CASTIONI, Remi. Reestruturação produtiva e (re) qualificação profissional: empregabilidade e competências. In: SETRAS. **Força de trabalho e emprego**: reestruturação produtiva – qualificação profissional, vol. 15, n. 1, abr., 1998, p. 20-49.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA. **Consolidação da legislação da profissão de economista** – A profissão do economista – o acesso à profissão e o campo profissional. cap. II. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=68&Itemid=69>. Acesso em: abr. 2011.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. Um espetáculo em nove atos. In: _____ (Org.). **O economista e a sociedade**: reflexões sobre os 60 anos de regulamentação da profissão no Brasil. Belém: GTR, 2011.p. 21-38.

DEDECCA, C. S; BRANDÃO, S. M. C. Recessão, emprego e desemprego: as perspectivas em relação a este grave problema social. In: GOVERNO DA BAHIA/SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. **Força de trabalho e emprego**: mudanças tecnológicas e o mundo do trabalho. Salvador: Ministério do Trabalho: Sistema Nacional de Emprego – SINE-BA, vol. 10, n.2/3, mai./ago.-set./dez, 1993, p.11-24.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LINS, João Tertuliano; BENDELLACK, Teobaldo. O economista e o setor público. In: COSTA, Eduardo José Monteiro (Org.). **O economista e a sociedade**: reflexões sobre os 60 anos de regulamentação da profissão no Brasil. Belém: GTR, 2011.p. 109-110.

MACHADO, Luiz Alberto. Reflexões sobre a carreira do economista. In: COSTA, Eduardo José Monteiro (Org.). **O economista e a sociedade**: reflexões sobre os 60 anos de regulamentação da profissão no Brasil. Belém: GTR, 2011.p. 83-102.

MENDES, Armando Dias. **O economista e o ornitorrinco**: ensaios sobre a formação e a profissão dos economistas. Brasília: Coronário Editora Gráfica, 2001.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). **Manual de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003

POCHMANN, Marcio. **O Trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Reação do mercado de trabalho no Brasil metropolitano frente à crise internacional. In: MORETTO, Amilton et. al. (Orgs.). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010. cap. 4, p. 79-100.

ROCHA, Denivaldo Targino da. O Economista do século XXI. In: COSTA, Eduardo José Monteiro (Org.). **O economista e a sociedade**: reflexões sobre os 60 anos de regulamentação da profissão no Brasil. Belém: GTR, 2011.p. 123-124.

RODRIGUES FILHO, Antônio de Pádua. A Microeconomia do trabalho: novo campo de atuação do economista. In: COSTA, Eduardo José Monteiro (Org.). **O economista e a sociedade**: reflexões sobre os 60 anos de regulamentação da profissão no Brasil. Belém: GTR, 2011.p. 139-151.

WENDHAUSEN, E. J. Políticas de trabalho, emprego e renda: uma análise das propostas dos governos FHC e Lula. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 99, p. 405-424, jul./set. 2009.

CRONOGRAMA

Nº	Descrição	Ago 2011	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2012	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	Estabelecimento do contato inicial dos contatos	x	X				x	x		x	x		
2	Levantamento bibliográfico e elaboração da revisão da literatura	x	x x	x x	x	x				x	x	x	
3	Pré-testes dos questionários	x							x				
4	Realização das entrevistas		X	x	x			x	x				
5	Tabulação dos dados					x					x	x	
6	Análise e interpretação dos dados						x	x	x		x	x	
7	Elaboração do resumo e relatório final									x	x x	x x	x
8	Preparação da apresentação final para o congresso												x x

Etapas programadas (X) – Etapas efetivadas (X)